

# Barroso determina uso obrigatório de câmeras corporais por PMs em São Paulo

O uso de câmeras corporais pela polícia contribuiu para efetivar o Estado democrático de Direito, proteger os direitos fundamentais e cumprir o dever estatal de garantir a segurança pública, beneficiando cidadãos e policiais.

O entendimento é do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, que determinou nesta segunda-feira (9/12) o uso obrigatório de câmeras corporais por policiais militares em São Paulo, com gravação ininterrupta.

Na decisão, Barroso afirma que, em 2020, com o programa Olho Vivo, que implantou o uso de câmeras, houve redução de 76% na letalidade dos batalhões equipados com o dispositivo.

Por outro lado, em 2023, com a substituição pelo programa Muralha Paulista, que dá à PM o poder de acionar ou desligar a câmera, houve um aumento de 46% na letalidade policial; ausência de dados sobre a nova política; e limitações técnicas das novas câmeras.

Além de determinar o uso de câmeras, Barroso ordenou o envio de informações a respeito de processos disciplinares abertos em São Paulo por descumprimento de uso de câmeras e a apresentação mensal de relatórios sobre o andamento das medidas.

## Não cumprimento

A decisão do presidente do STF foi tomada na Suspensão de Liminar 1.696, em que o governo paulista firmou com a corte o compromisso de implementar o uso de câmeras durante operações. Barroso atendeu a um pedido da Defensoria Pública de São Paulo para retomar o modelo de gravação ininterrupta.

Para o ministro, os novos dados envolvendo letalidade e a falta de informações apontam para o não cumprimento satisfatório dos compromissos assumidos pelo estado de São Paulo quanto à efetivação da política pública de uso de câmeras corporais pelas polícias.

“O Estado firmou compromisso de que todos os policiais e unidades que dispunham de câmeras continuariam a usá-las e de que as novas seriam distribuídas conforme critério da quantidade de ocorrências, com prioridade para grandes operações. Porém, verifica-se o não uso das câmeras em casos obrigatórios previstos pela Portaria Estadual nº PM1-04/02/24 e pela Portaria nº 648/2024 do MJSP, que traça diretrizes nacionais”, disse.

Segundo o ministro, também houve o descumprimento de deveres de transparência relacionados à quantidade de batalhões que têm câmeras, além da diminuição do número total de câmeras contratadas.

São Paulo se comprometeu, entre outras coisas, a usar em operações câmeras com sistema de acionamento automático, que iniciam a gravação ao detectar som de tiros ou movimentos bruscos ou durante o andamento de ocorrências.

No entanto, pontuou Barroso, os testes dos dispositivos sem gravação ininterrupta não apontaram o funcionamento adequado das câmeras. Com isso, disse, é preciso voltar ao sistema anterior, até que São Paulo comprove a viabilidade das câmeras de acionamento automático.

“Não há, até o momento, comprovação de que as câmeras atendem aos requisitos definidos pelo Estado. Diante da ausência de demonstração da viabilidade técnica e operacional dos novos dispositivos e do significativo aumento da letalidade policial em 2024, é indispensável manter o modelo atual de gravação ininterrupta, sob pena de violação à vedação constitucional ao retrocesso e o descumprimento do dever estatal de proteção de direitos fundamentais, em especial o direito à vida.”

## Violência policial

Governo de SP

*soldados da pm-sp em cerimônia de formatura*

*Barroso destacou que cumprimento de medidas sobre câmeras não tem sido satisfatório*

O uso de câmeras corporais voltou ao noticiário nas últimas semanas após casos de violência policial protagonizados pela PM de São Paulo. Em um deles, um policial foi filmado [jogando um homem de uma ponte](#) durante uma abordagem — as imagens foram captadas por um terceiro.

O caso se somou a uma escalada de violência protagonizada pela Polícia Militar paulista. Na quarta-feira passada (4/12), uma [mulher de 63 anos e familiares dela foram agredidos por policiais](#) na garagem da própria casa, em Barueri, também na Grande São Paulo. Na última segunda, um homem de 26 anos foi [morto com oito tiros nas costas](#) pelo policial militar Vinícius de Lima Britto, que estava fora de serviço, após tentar furtar produtos de limpeza de um minimercado.

No início de novembro, o menino Ryan da Silva Andrade Santos, de apenas quatro anos, [foi morto pela PM com um tiro de espingarda](#) em uma operação em Santos (SP). No enterro da criança, policiais da Força Tática chegaram a protagonizar um bate-boca com o ouvidor da Polícia Militar ao fazerem uma [abordagem em frente ao cemitério](#).

## Gestão Derrite e Tarcísio

Desde o ano passado, a PM-SP responde aos comandos do secretário Guilherme Derrite, capitão reformado da corporação. Ele chegou a atuar na Rota, grupo de elite da Polícia Militar paulista, mas foi retirado do grupo, [segundo ele próprio](#), por ter incomodado superiores. “Matei muito ladrão”, disse em entrevista a um podcast em 2021. Um levantamento da revista *piauí* mostrou que ele foi [investigado por 16 homicídios](#).

Derrite foi reeleito deputado federal pelo PP de São Paulo em 2022, mas, logo após a posse, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Segurança Pública na gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Ao longo de 2024, a PM-SP matou 713 pessoas, segundo identificou o Ministério Público estadual, responsável por exercer o controle externo da atividade policial. Em comparação com 2022, que teve 396 mortes, o número de vítimas subiu 80%. No primeiro ano da gestão de Tarcísio, já havia subido 16%, para 460 homicídios.

## Voltou atrás

Apenas no início deste ano, ao longo da “operação verão”, na Baixada Santista, a Polícia Militar paulista matou 56 pessoas. Em março, o [portal G1 revelou que a PM levava pessoas já mortas para atendimento hospitalar](#), como se estivessem ainda vivas, com a intenção de prejudicar o trabalho de perícia.

À época, o governador Tarcísio ironizou manifestações de repúdio de organizações de defesa dos direitos humanos. “Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí”, disse o político bolsonarista na ocasião.

Já Derrite, também à época, defendeu a atuação policial frente ao saldo de mortes da ação no litoral. “Olha, eu nem sabia que eram 56, eu não faço essa conta. Infelizmente, são 56. Para mim, o ideal é que não fosse nenhuma, mas no mundo real em que a gente vive, a negligência do combate ao crime organizado no Brasil e no estado de São Paulo chegou a um ponto que qualquer viatura policial vai sofrer disparo de arma de fogo.”

Agora, em reação ao caso do homem jogado da ponte, Tarcísio afirmou que a conduta policial foi inaceitável. Ele ainda passou a apoiar o uso de câmeras corporais pela PM. Em ocasiões anteriores, havia dito que o [equipamento não tem efetividade alguma](#), embora especialistas entendam que [ajuda a prevenir e coibir violações praticadas por policiais](#), além de reduzir a letalidade dos agentes.

“Eu admito, estava errado. Eu me enganei, e não tem nenhum problema eu chegar aqui e dizer para vocês que eu me enganei, que eu estava errado, que tinha uma visão equivocada sobre a importância das câmeras. Eu era uma pessoa que estava completamente errada nessa questão. Eu tinha uma visão equivocada”, disse ele, na semana passada.

Derrite, por sua vez, reprimiu a conduta do policial que arremessou o homem da ponte. “Não vamos tolerar nenhum tipo de desvio de conduta de nenhum policial no estado de São Paulo”, afirmou o secretário, em vídeo divulgado na terça (3/12).

**Clique [aqui](#) para ler a decisão  
SL 1.696**